



PROJETO DE LEI Nº 030/2024

Institui o Comitê Intersetorial para a Primeira Infância (CIPI), encarregado de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal para Primeira Infância (PMPI) do Município de Alegre/ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Comitê Intersetorial para a Primeira Infância do Município de Alegre/ES, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância, com a finalidade de promover e coordenar a elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância, abrangendo os vários direitos da criança de até 06 (seis) anos de idade, com abordagem intersetorial, bem como participação das instituições e setores do governo municipal e da sociedade civil, em consonância com o Plano Nacional para a Primeira Infância 2020- 2030.

§1º. Os órgãos e os serviços públicos municipais darão apoio técnico e logístico, diante de suas possibilidades e competências, à elaboração do Plano referido no **caput** deste artigo.

§2º. São conteúdos prioritários do Plano Municipal para a Primeira Infância: a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança e à própria criança, conforme suas necessidades, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, a proteção contra toda forma de violência, a prevenção de acidentes, medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica e a indução ao consumismo.

Art. 2º. São atribuições do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância do Município de Alegre/ES:

I - elaborar o Plano Municipal para a Primeira Infância de forma integrada, por meio da conjunção de esforços entre todos os seus integrantes, observadas as diretrizes para a elaboração e implementação das políticas pela primeira infância estabelecidas pelo art. 8º da Lei Federal nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância e em consonância com o Plano Nacional pela Primeira Infância 2020-2030;

II - assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança no âmbito do município, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos e representantes de entidades da sociedade civil;

III - promover ações que concorram para a construção de uma cultura da intersetorialidade e da complementaridade das ações voltadas à proteção integral da criança, sua promoção e participação nos termos da Lei Federal nº 13.257/2016;



IV - acompanhar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas à primeira infância, bem como do Plano Municipal pela Primeira Infância;

V - atuar, em regime de colaboração com o Estado e a União, para o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância;

VI - propor e coordenar as ações de prevenção e proteção à criança na primeira infância contra toda forma de violência;

VII - promover de forma intersetorial estudos, pesquisas, seminários, palestras, publicações e afins;

VIII - dar publicidade a dados e informações sobre o andamento do Plano Municipal para a Primeira Infância para a população em geral.

Art. 3º. O Comitê Intersetorial para a Primeira Infância será composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos:

I - da Administração Pública Municipal:

- a) Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos;
- b) Secretaria Executiva de Educação;
- c) Secretaria Executiva de Saúde;
- d) Secretaria Executiva de Cultura, Turismo e Esporte;
- e) Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento.

II - da sociedade civil:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Conselho Tutelar;
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- d) Conselho Municipal de Educação;
- e) Conselho Municipal de Saúde.

§1º. Os membros do Comitê serão indicados pelo titular do órgão e designados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, podendo ser integrados novos representantes posteriormente.

§2º. Na composição do Comitê deverá ser observada a paridade entre integrantes da administração pública municipal e os representantes da sociedade civil.

§3º. O Comitê Intersetorial para a Primeira Infância será coordenado pelo(a) Secretário(a) Executivo(a) de Assistência Social e Direitos Humanos que o presidirá, devendo convocar e coordenar as reuniões, apresentar proposta de cronograma de trabalho e etapas que deverão ser desenvolvidas.

§4º. Na ausência do titular da Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos, a coordenação do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância será exercida por servidor indicado pelo(a) Secretário(a).



§5º. O Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições, e entidades públicas ou privadas, além daquelas dispostas no art. 3º, bem como profissionais e especialistas de diferentes áreas, para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o Plano Municipal para a Primeira Infância, sem direito a voto.

§6º. A participação dos representantes do Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º. A instalação e a constituição do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância deverão ser realizadas no prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação desta Lei.

Art. 5º. O funcionamento do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância será disciplinado em seu regimento interno, que deverá ser aprovado em ato da coordenação deste, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua constituição.

Art. 6º. A representação dos órgãos, por meio de seus membros, deverá ocorrer pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, garantindo-se a possibilidade de alternância.

Parágrafo único. Poderá haver a recondução dos membros por igual período, nos termos do regimento interno.

Art. 7º. O Comitê Intersetorial para a Primeira Infância apresentará a versão preliminar do Plano Municipal para a Primeira Infância, às organizações governamentais e da sociedade civil que participaram de sua elaboração e à sociedade em geral para debate, aperfeiçoamento e aprovação, por meio de metodologia definida pelo próprio Comitê.

Parágrafo único. A apresentação poderá ser feita sob a forma, entre outras, de consulta pública, audiência pública, seminário, fóruns temáticos, a ser decidida pelos membros do próprio Comitê.

Art. 8º. O Comitê Intersetorial para a Primeira Infância deverá elaborar o Plano Municipal para a Primeira Infância, encaminhando-o em seguida ao Prefeito para posterior edição de Projeto de Lei.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 23 de setembro de 2024.


NEMRÔD EMERICK (NIRRÔ)
Prefeito Municipal de Alegre